

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – SEAD  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE – SESAP  
CONCURSO PÚBLICO  
NÍVEL SUPERIOR

187 – TAS / ÁREA HISTORIADOR  
TIPO B

Frase: **Boa determinação conquista qualquer meta.**

(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova discursiva;
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **Caderno de Texto Definitivo** destinado à resposta da prova discursiva.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **Caderno de Texto Definitivo**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas** e o **Caderno de Texto Definitivo**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** e/ou do **Caderno de Texto Definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva e discursiva para o **Cartão de Respostas** e para o **Caderno de Texto Definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e do **Caderno de Texto Definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, no **Cartão de Respostas** e no **Caderno de Texto Definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova**, o **Cartão de Respostas** e o **Caderno de Texto Definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 10.

**Lobo Bobo**  
**João Gilberto**

|                              |                            |
|------------------------------|----------------------------|
| Era uma vez um lobo mau      | Mas chapeuzinho percebeu   |
| Que resolveu jantar alguém   | Que o lobo mau se derreteu |
| Estava sem vintém            | Pra ver você que lobo      |
| Mas arriscou                 | Também faz papel de bobo   |
| E logo se estrepou           |                            |
| Um chapeuzinho de maiô       | Só posso lhe dizer         |
| Ouviu buzina e não parou     | Chapeuzinho agora traz     |
| Mas lobo mau insiste         | O lobo na coleira          |
| E faz cara de triste         | Que não janta nunca mais   |
| Mas chapeuzinho ouviu        |                            |
| Os conselhos da vovó         | Lobo bobo                  |
| Dizer que não pra lobo       |                            |
| Que com lobo não sai só      |                            |
| Lobo canta, pede             |                            |
| Promete tudo, até amor       |                            |
| E diz que fraco de lobo      |                            |
| É ver um chapeuzinho de maiô |                            |

1. Em “Mas chapeuzinho percebeu que o lobo mau se derreteu”, é correto afirmar que a personagem “lobo mau” se  
(A) apaixonou.  
(B) liquefez.  
(C) dissipou.  
(D) comoveu.  
(E) consumiu.
2. A oração “E logo se estrepou”, presente em “Mas arriscou/E logo se estrepou” tem valor semântico de  
(A) proporcionalidade.  
(B) finalidade.  
(C) adversidade.  
(D) causalidade.  
(E) consequência.
3. Na estrofe “Lobo canta, pede /Promete tudo, até amor/ E diz que fraco de lobo /É ver um chapeuzinho de maiô”, o “E” funciona, semanticamente, do mesmo modo que  
(A) o MAS, em “Mas chapeuzinho percebeu/ Que o lobo mau se derreteu”.  
(B) o E, em “Mas se arriscou/ E logo se estrepou”.  
(C) o E, em “Mas lobo mau insiste/E faz cara de triste”.  
(D) o MAS, em “E faz cara de triste /Mas chapeuzinho ouviu”.  
(E) o E, em “Um chapeuzinho de maiô/Ouviu buzina e não parou”.
4. Escolha a única alternativa na qual as palavras estão acentuadas de acordo com a regra de acentuação de maiô.  
(A) Você e Alguém.  
(B) Você e Até.  
(C) Até e Vintém.  
(D) Alguém e Só.  
(E) Vovó e Vintém.

5. Na primeira estrofe do texto, lê-se que “Era uma vez **um** **lobo** mau”; na quarta estrofe, lê-se “Mas chapeuzinho percebeu/ Que **o** **lobo** mau se derreteu”. A mudança de artigo – de UM para O – indica que a construção da referência discursiva percorreu um trajeto textual

- (A) da genericidade à individuação.
- (B) do desprezo ao apreço.
- (C) do hiperônimo ao hipônimo.
- (D) da heteronímia à homonímia.
- (E) do não-confiável ao confiável.

6. A canção LOBO BOBO dialoga com o conto CHAPEUZINHO VERMELHO, na qual a personagem central, Chapeuzinho Vermelho, desobedece aos conselhos de sua avó, optando por seguir um caminho perigoso que a coloca frente a frente com o perigo: o Lobo Mau. Esse diálogo entre os dois textos promove uma

- (A) referência ao texto já conhecido, anunciando a atualidade do texto a que se alude.
- (B) subversão do sentido do texto já conhecido, suscitando crítica.
- (C) ressignificação de texto já conhecido, ambientando-o em novo contexto.
- (D) reescrita do assunto do texto já conhecido, produzindo uma nova linguagem.
- (E) reprodução da estrutura do texto já conhecido, gerando uma alusão estrutural.

7. No texto o lobo é caracterizado de “bobo”; a voz que atribui esse adjetivo ao lobo é masculina ou feminina? E o que significa ser o lobo um bobo? Indique a opção que responda às ponderações enunciadas.

- (A) A voz é masculina, é do intérprete João Gilberto, que satiriza o comportamento de homens que se deixaram aprisionar a um único relacionamento.
- (B) A voz é masculina, é do narrador, que avalia negativamente o lobo ter perdido sua liberdade de caça.
- (C) A voz é feminina, é da chapeuzinho, que se vangloria de ter domado o lobo.
- (D) A voz é feminina, é da vovó, que se orgulha em ver o resultado da neta ter ouvido seus conselhos.
- (E) A voz é masculina, é do lobo, que cai em si, reconhecendo agora estar preso a uma única chapeuzinho.

8. No trecho “Lobo canta, pede/ Promete tudo até amor/ E **diz** que fraco de lobo/ É ver um chapeuzinho de maiô”. Indique a opção que destaca a mesma regência do verbo em destaque no trecho da música.

- (A) Bolsas dos EUA **pioram** após novas tarifas.
- (B) O professor **insistiu** com que os alunos estudassem para a prova.
- (C) Paris, que é a capital da França, é **conhecida** por seus cafés encantadores.
- (D) Psicólogo afirma que maioria das pessoas **lida** com sentimentos difíceis.
- (E) Suspensa pela Anac, Empresa é 4ª maior e **perdeu** espaço após acidente.

9. Assinale a alternativa na qual o uso da palavra SÓ apresente o mesmo sentido que em “Que com lobo não sai só”.

- (A) Só mesmo Maria para aguentar João!
- (B) Só falta um mês para nossa viagem.
- (C) Só sei que a estrada estava muito congestionada.
- (D) Ela permaneceu só ao longo da festa.
- (E) Ela correu bastante, só que outra competidora venceu a prova.

10. A estrutura sintática de uma frase pode ser representada esquematicamente, pelo uso de colchetes que determinam os níveis hierárquicos dos constituintes - sintagmas. Considerando que a frase “Também faz papel de bobo” apresenta os seguintes constituintes, Sintagma Verbal (SV), Sintagma Nominal (SN), Sintagma Preposicionado (SP) e Sintagma Adverbial (SADV), a representação correta da estrutura dessa frase está presente na alternativa:

- (A) [SADV][SV][SN][SP][SN]
- (B) [SV][SADV][SN][SP][SN]]
- (C) [SADV][SV][SN][SP][SN]]]]
- (D) [[SADV]SV[SN[SP[SN]]]]
- (E) [SN[SP[SN]]SV[SADV]]

## Legislação do SUS

**11.** A construção do Sistema Único de Saúde (SUS) representou um marco na organização do sistema de saúde no Brasil, resultado de um processo histórico iniciado na década de 1980. Considerando a evolução histórica do sistema de saúde brasileiro e os princípios, diretrizes e arcabouço legal que fundamentam o SUS, assinale a alternativa correta.

- (A) A universalidade do SUS garante o acesso somente a serviços básicos de saúde, excluindo atendimentos de média e alta complexidade.
- (B) A Reforma Sanitária foi implementada integralmente durante a década de 1970, estabelecendo o SUS como modelo de saúde universal e gratuito.
- (C) A criação do SUS foi fundamentada na Lei Orgânica da Saúde (Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990), que regulamentam aspectos como a organização do sistema e a participação social.
- (D) A Constituição Federal de 1988 oficializou o SUS, que se baseia nos princípios de descentralização, universalidade e integralidade, mas não aborda a participação comunitária.
- (E) O SUS é sustentado exclusivamente por recursos federais, sem a necessidade de financiamento estadual ou municipal, pois o modelo é centralizado.

**12.** A Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 – estabelece as bases legais para a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, regulamentando diversos aspectos relacionados à promoção, proteção e recuperação da saúde. Com base em suas disposições, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei nº 8.080/1990 exclui expressamente o setor privado da prestação de serviços de saúde no âmbito do SUS, independentemente de qualquer condição ou contrato.
- (B) A Lei nº 8.080/1990 restringe a atuação do SUS ao atendimento médico-hospitalar, excluindo ações de promoção da saúde, como vigilância epidemiológica e sanitária.
- (C) O financiamento do SUS é exclusivamente de responsabilidade do governo federal, sem a participação de estados e municípios, conforme prevê a Lei nº 8.080/1990.
- (D) A regionalização e a hierarquização dos serviços de saúde são diretrizes fundamentais estabelecidas pela Lei nº 8.080/1990, visando à organização do sistema e à garantia de acesso aos serviços.
- (E) A participação da comunidade na gestão do SUS não é mencionada na Lei nº 8.080/1990, sendo regulamentada exclusivamente pela Lei nº 8.142/1990.

**13.** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, que tem como um de seus objetivos:

- (A) Adequação periódica e real do valor dos benefícios.
- (B) Gratuidade da cobertura e do atendimento.
- (C) Igualdade na forma de participação no custeio.
- (D) Diversidade da base de financiamento.
- (E) Formas diversas e diferenciação dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

**14.** A Lei nº 8.142/1990 e o Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011, são marcos importantes na organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde (SUS). Juntas, essas normas estabelecem bases para a participação popular, o financiamento e a regionalização dos serviços de saúde. Com base nesses dispositivos legais, analise as afirmativas abaixo e escolha a alternativa correta.

- (A) O Decreto nº 7.508/2011 introduziu conceitos como o Mapa da Saúde e a Região de Saúde, estabelecendo critérios para a organização da assistência de forma integrada e territorializada.
- (B) A Lei nº 8.142/1990 estabelece a criação dos Conselhos de Saúde como órgãos consultivos, sem participação direta de usuários e trabalhadores na formulação e controle das políticas públicas de saúde.
- (C) O Decreto nº 7.508/2011 prevê a implementação das Redes de Atenção à Saúde como uma alternativa facultativa, sem obrigatoriedade de pactuação pelos gestores das três esferas de governo.
- (D) A Lei nº 8.142/1990 dispõe que os recursos destinados ao financiamento do SUS devem ser distribuídos de forma automática entre União, estados e municípios, sem necessidade de cumprimento de critérios de desempenho ou plano de saúde.
- (E) A Lei nº 8.142/1990 centraliza a gestão do SUS no governo federal, eliminando a autonomia dos estados e municípios na execução de ações e serviços de saúde.

**15.** A Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, aprovou a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), revisando as diretrizes para a organização da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A PNAB busca fortalecer a assistência primária como porta de entrada prioritária para os usuários do SUS, promovendo ações de saúde integradas e organizadas. Com base nas diretrizes estabelecidas pela PNAB, assinale a alternativa correta.

- (A) A PNAB extinguiu a exigência de registro das famílias atendidas pelos profissionais da Estratégia Saúde da Família, eliminando o vínculo entre equipe e população assistida.
- (B) A Estratégia Saúde da Família (ESF) foi extinta pela PNAB, sendo substituída por modelos de atendimento exclusivos para demandas espontâneas, sem responsabilização territorial.
- (C) A PNAB estabelece que os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são obrigados a desempenhar funções exclusivamente clínicas, incluindo diagnóstico e prescrição de medicamentos.
- (D) A PNAB prioriza atendimentos especializados em detrimento de ações preventivas e promocionais, como vacinação e educação em saúde.
- (E) A Portaria nº 2.436/2017 reforça a importância das Equipes de Atenção Básica (EAB) e das Equipes de Saúde da Família (ESF), promovendo a responsabilização territorial e a coordenação do cuidado em regiões específicas.

**16.** A Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023, estabelece diretrizes para a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES). Em relação às disposições dessa portaria, marque a alternativa correta.

- (A) A PNAES estabelece que a organização dos serviços especializados deve ser baseada em redes de atenção à saúde, com planejamento regional integrado e articulação interfederativa.
- (B) A PNAES tem como objetivo principal a descentralização total dos serviços de saúde especializados, transferindo a responsabilidade exclusivamente para os municípios.
- (C) A portaria prevê a criação de um fundo financeiro exclusivo para a atenção especializada, gerido diretamente pelo Ministério da Saúde, sem participação dos estados e municípios.
- (D) A portaria revoga integralmente todas as normas anteriores relacionadas à atenção especializada no Sistema Único de Saúde (SUS).
- (E) A PNAES determina que os serviços de atenção especializada devem ser oferecidos exclusivamente por instituições privadas contratadas pelo SUS.

**17.** A Resolução CNS nº 553, de 9 de agosto de 2017, estabelece princípios e diretrizes fundamentais para os direitos e deveres da pessoa usuária da saúde no Brasil. Considerando seu conteúdo, assinale a alternativa correta.

- (A) A Carta estabelece que os deveres da pessoa usuária da saúde incluem a obrigatoriedade de doar sangue e tecidos biológicos para o sistema público de saúde sempre que solicitado.
- (B) Entre os direitos assegurados na Carta está o direito à informação, permitindo que a pessoa usuária receba explicações claras sobre seu diagnóstico, tratamento e procedimentos realizados.
- (C) A Resolução assegura que a pessoa usuária da saúde tem o direito de ser atendida apenas por profissionais com, no mínimo, 20 anos de experiência em suas áreas de atuação.
- (D) A Carta dos Direitos e Deveres da Pessoa Usuária da Saúde determina que o acesso aos serviços de saúde no SUS pode ser limitado por critérios econômicos e de renda familiar.
- (E) A Resolução revoga automaticamente qualquer normativa que trate de políticas públicas de saúde anteriores à sua publicação, tornando-as inválidas.

**18.** Durante uma análise de gestão pública, um gestor de saúde está discutindo os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Dada a importância de compreender seu arcabouço legal, indique a alternativa correta.

- (A) A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) estabelece que o SUS é opcional para os estados, sendo possível a exclusão de um estado do sistema.
- (B) O princípio da equidade no SUS determina que todos os cidadãos devem receber a mesma quantidade de recursos e tratamentos, independentemente de suas condições de saúde.
- (C) O SUS possui como base legal a Constituição Federal de 1988, que o instituiu como um sistema de saúde universal, com princípios como a universalidade, integralidade e equidade.
- (D) A diretriz de descentralização no SUS limita a gestão e operação dos serviços de saúde exclusivamente ao nível municipal, sem articulação com os estados e a União.
- (E) A integralidade no SUS refere-se apenas à oferta de tratamentos curativos, sem considerar ações de promoção ou prevenção à saúde.

19. Um gestor público precisa implementar políticas baseadas nos artigos 194 a 200 da Constituição Federal de 1988. A partir dos fundamentos e diretrizes apresentados nesse trecho constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) O artigo 200 da Constituição limita a atuação do SUS às unidades hospitalares, sem promover ações de vigilância epidemiológica ou sanitária.
- (B) Entre os objetivos da seguridade social, está a uniformidade e equivalência de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, bem como a universalidade da cobertura e do atendimento.
- (C) A seguridade social é composta exclusivamente pela previdência social, deixando saúde e assistência social como políticas secundárias.
- (D) Os princípios que regem a seguridade social incluem a ausência de universalidade e a segregação da gestão entre União, estados e municípios.
- (E) O financiamento da seguridade social é de responsabilidade exclusiva dos trabalhadores, sendo vedada a contribuição de empregadores e do governo.

20. Durante uma auditoria em uma unidade de saúde pública, o auditor está avaliando a aplicação prática dos dispositivos previstos na Lei nº 8.080/1990. Com base nessa norma, assinale a opção correta.

- (A) Segundo a Lei, as ações de vigilância sanitária estão limitadas ao controle de medicamentos e alimentos, não incluindo ações de fiscalização em estabelecimentos de saúde.
- (B) A Lei nº 8.080/1990 determina que a iniciativa privada está completamente proibida de participar do Sistema Único de Saúde (SUS), salvo em situações de calamidade pública.
- (C) O artigo 6º da Lei estabelece que as ações e serviços de saúde abrangem exclusivamente atividades de caráter curativo, sem contemplar promoção ou prevenção à saúde.
- (D) O financiamento das ações e serviços de saúde previstos na Lei nº 8.080/1990 é de responsabilidade exclusiva da União, não havendo contribuição de estados, municípios ou da iniciativa privada.
- (E) A Lei nº 8.080/1990 estabelece que a saúde é um direito fundamental do ser humano e que cabe ao Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

### Regime Jurídico Único do RN

21. A Administração Pública, ao constatar possíveis irregularidades cometidas por um servidor público estadual, deve instaurar um processo disciplinar para apuração dos fatos e aplicação das sanções cabíveis. Considerando as normas previstas na Lei Complementar nº 122/1994 sobre o processo disciplinar, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o servidor indiciado não apresentar defesa no prazo legal, será automaticamente considerada sua confissão quanto aos fatos imputados.
- (B) A comissão responsável pela condução do processo disciplinar é composta por três servidores públicos, sendo necessário que pelo menos dois deles tenham formação em Direito para garantir a legalidade do procedimento.
- (C) O processo disciplinar possui natureza sigilosa em todas as suas fases, de modo que nem mesmo o servidor indiciado ou seu procurador podem ter acesso aos autos antes da conclusão do relatório final da comissão processante.
- (D) O prazo para a conclusão do processo disciplinar é de 90 dias, contados da data da instauração, sendo vedada qualquer prorrogação, ainda que existam circunstâncias que justifiquem a necessidade de maior tempo para a apuração dos fatos.
- (E) Como medida cautelar, a autoridade instauradora do processo disciplinar pode afastar o servidor do cargo por até 60 dias, sendo mantida a sua remuneração, salvo se o processo envolver alcance ou malversação de dinheiro público sem reposição imediata dos valores.

22. A remuneração dos servidores públicos está sujeita a normas específicas quanto a reposições, indenizações e eventuais restrições legais. Sobre esse tema, considerando a Lei Complementar nº 122/1994, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) Caso o servidor tenha débitos pendentes com o erário, a exoneração extingue automaticamente a obrigação de pagamento, não podendo a Administração inscrevê-lo na dívida ativa.
- (B) O servidor exonerado, demitido ou que tiver sua aposentadoria cassada tem 60 dias para quitar seu débito com o erário, sob pena de inscrição na dívida ativa.
- (C) Caso um servidor tenha valores a restituir ao erário, a Administração pode descontar o montante integralmente de sua última remuneração antes da exoneração.
- (D) A consignação em folha de pagamento a favor de terceiros é inadmissível, mesmo mediante autorização do servidor, uma vez que nenhum desconto deverá incidir sobre a remuneração.
- (E) A remuneração do servidor pode ser penhorada em qualquer situação judicial, independentemente da natureza da dívida, desde que haja decisão definitiva.

**23.** Analto sempre foi um servidor dedicado e exemplar, atuando há mais de dez anos em uma repartição pública estadual. Contudo, sua rotina profissional sofreu uma reviravolta quando sua esposa, aprovada em um concurso público estadual, foi nomeada para atuar em outra cidade. Diante dessa situação, Analto ficou dividido entre continuar no seu local de trabalho ou buscar uma forma de acompanhar sua família. Ao procurar informações sobre seus direitos, ele descobriu que a legislação estadual prevê hipóteses de remoção. Animado, ele decidiu solicitar sua mudança para a nova localidade, mas foi surpreendido por questionamentos da Administração Pública sobre a viabilidade de sua solicitação. Diante desse cenário, com base na Lei Complementar nº 122/1994, assinale a alternativa correta sobre a remoção de servidores públicos estaduais.

- (A) A remoção de Analto pode ser solicitada independentemente de vaga disponível na nova localidade, uma vez que ele tem direito de acompanhar sua esposa, conforme previsão legal.
- (B) A remoção de Analto, por motivo de acompanhamento de sua esposa, só será viável caso haja uma vaga disponível na nova localidade.
- (C) A remoção de Analto não poderá ser realizada, pois a legislação exige que a mudança seja feita por motivo de saúde do servidor ou de seu dependente, e não por acompanhamento de cônjuge.
- (D) A remoção de Analto só poderá ser realizada a pedido do servidor, sendo vedada a remoção de ofício, mesmo que o servidor precise acompanhar sua esposa.
- (E) A remoção de Analto poderá ocorrer, mas apenas se a Administração Pública comprovar a necessidade de seu deslocamento para o novo setor de trabalho, o que não é o caso, pois ele apenas deseja acompanhar a esposa.

**24.** Conforme a Lei Complementar nº 122/1994, é correto afirmar que a penalidade de suspensão aplicada ao servidor público estadual do Rio Grande do Norte:

- (A) Deve ser aplicada diretamente pelo Governador do Estado em qualquer situação, independentemente da gravidade da infração cometida pelo servidor.
- (B) Pode ser aplicada pelo prazo máximo de 120 dias e, em casos de conveniência para o serviço, convertida em multa correspondente a 30% do vencimento do servidor.
- (C) Pode ser imposta nos casos de reincidência em falta punida com advertência ou em violação de proibição que não justifique a demissão, não podendo ultrapassar o limite de 90 dias.
- (D) Será registrada permanentemente no histórico funcional do servidor, sem possibilidade de cancelamento, mesmo que ele não cometa novas infrações disciplinares ao longo de sua carreira.
- (E) É obrigatoriamente aplicada sem possibilidade de conversão em multa, salvo nos casos em que o servidor provar a inexistência de dolo na infração cometida.

**25.** Leonardo, servidor público estadual, foi alvo de um processo administrativo disciplinar após suspeitas de irregularidades em sua atuação funcional. A comissão processante concluiu o relatório e enviou para julgamento. Durante a análise, a autoridade julgadora verificou que havia um vício insanável no processo, além de constatar que a penalidade prevista ultrapassava sua alçada decisória. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei Complementar nº 122/1994.

- (A) O julgamento deve obrigatoriamente seguir as conclusões da comissão processante, não cabendo à autoridade julgadora declarar nulidade do processo, ainda que haja vícios insanáveis.
- (B) O pedido de exoneração de Leonardo antes da conclusão do julgamento encerra automaticamente o processo administrativo disciplinar, pois a penalidade administrativa não pode ser aplicada a quem não mais ocupa o cargo.
- (C) Se a penalidade aplicável ultrapassar a alçada da autoridade instauradora do processo, a decisão final ainda assim cabe a essa autoridade, conforme o princípio da autotutela.
- (D) Ao constatar um vício insanável, a autoridade julgadora deve anular total ou parcialmente o processo e determinar a constituição de uma nova comissão para renová-lo.
- (E) Caso a infração imputada a Leonardo esteja tipificada como crime, a autoridade julgadora não pode tomar providências administrativas e deve suspender o julgamento até a manifestação do Ministério Público.

## História e Aspectos Geopolíticos do RN

**26.** Durante o período imperial brasileiro, a estrutura política e eleitoral refletia características específicas que influenciavam a participação dos cidadãos nas eleições. Considerando o contexto das eleições e da representação política no Rio Grande do Norte no século XIX, assinale a alternativa correta.

- (A) O sistema eleitoral do Império do Brasil foi extinto logo após a independência, sendo substituído por eleições diretas e secretas nos primeiros anos da monarquia.
- (B) O voto era censitário, sendo permitido apenas àqueles que possuíam determinado nível de renda, o que restringia a participação política às elites agrárias e comerciantes.
- (C) As eleições no Rio Grande do Norte eram amplamente democráticas, permitindo a participação de indígenas, ex-escravizados e trabalhadores urbanos sem restrições de renda.
- (D) A legislação eleitoral imperial estabelecia o sufrágio universal masculino, garantindo a ampla participação popular e a representação de diferentes camadas sociais.
- (E) Os pleitos eram organizados pelas Câmaras Municipais, que asseguravam a isonomia entre os candidatos, impedindo o predomínio das oligarquias locais.

**27.** A economia do Rio Grande do Norte combina setores tradicionais e modernos, resultando em uma configuração socioeconômica diversificada. Sobre as atividades produtivas no estado, assinale a alternativa correta.

- (A) A carcinicultura, voltada para a criação de camarões em cativeiro, tem impacto econômico significativo, mas enfrenta desafios ambientais relacionados ao desmatamento de manguezais.
- (B) A economia do Rio Grande do Norte é majoritariamente impulsionada pelo setor turístico, enquanto a agropecuária tem um papel secundário, uma vez que a infraestrutura turística já está plenamente consolidada como motor econômico.
- (C) A produção de petróleo e gás é uma atividade fundamental no Rio Grande do Norte, mas sem um impacto expressivo na economia estadual.
- (D) O setor industrial supera as atividades agrícolas e pesqueiras em geração de empregos e volume de exportações, sendo a principal base da economia norte-rio-grandense.
- (E) A fruticultura voltada à exportação é essencial na economia do estado, uma vez que a produção se destina exclusivamente ao mercado externo.

**28.** A resistência da cidade de Mossoró ao bando de Lampião, em 1927, marcou um episódio singular na história do cangaço no Rio Grande do Norte. Acerca dessa resistência, identifique a alternativa correta.

- (A) O governo federal enviou reforços militares para proteger Mossoró, o que impediu qualquer confronto direto entre a população local e os cangaceiros.
- (B) A população local, composta majoritariamente por camponeses, organizou uma milícia improvisada para enfrentar os cangaceiros, contando com apoio mínimo das autoridades.
- (C) A invasão de Mossoró por Lampião foi bem-sucedida, resultando na pilhagem da cidade e na consolidação do cangaço como uma força dominante na região.
- (D) A batalha entre os mossoroenses e o bando de Lampião foi mediada por negociações diplomáticas, resultando em um acordo pacífico entre os dois grupos.
- (E) A resistência de Mossoró foi liderada pelo prefeito Rodolfo Fernandes, que organizou um plano estratégico de defesa envolvendo a população e as forças de segurança locais.

**29.** No período colonial, o sistema de sesmarias foi um dos principais mecanismos de organização territorial e de distribuição de terras na América Portuguesa, incluindo a Capitania do Rio Grande. A respeito do papel das sesmarias no processo de expansão territorial, assinale a alternativa correta.

- (A) A política de sesmarias foi essencial para a urbanização rápida da Capitania do Rio Grande, pois previa a construção obrigatória de vilas e cidades em cada nova concessão.
- (B) As sesmarias foram utilizadas para conceder terras a pequenos agricultores e indígenas, com o objetivo de promover um desenvolvimento agrícola equilibrado.
- (C) A distribuição de sesmarias contribuiu para a concentração fundiária, pois grandes extensões de terra foram concedidas a poucos indivíduos ligados à administração colonial.
- (D) O sistema de sesmarias garantiu a manutenção da estrutura comunal de uso da terra, respeitando as tradições dos povos indígenas e quilombolas.
- (E) A concessão de sesmarias era feita sem critérios definidos, permitindo a ocupação espontânea das terras pelos colonos portugueses sem interferência da Coroa.

---

**30.** Durante o período colonial, a arrecadação de tributos foi um dos pilares da administração da Capitania do Rio Grande, refletindo a estrutura fiscal imposta pela Coroa Portuguesa às suas colônias. Sobre os mecanismos de tributação nesse período, marque a opção correta.

- (A) A arrecadação tributária na Capitania do Rio Grande foi gradualmente substituída por um sistema de trocas comerciais livres, sem imposição estatal.
- (B) O imposto mais significativo era a “dízima”, um tributo pago diretamente pelos grandes comerciantes de escravos e gado à administração local.
- (C) A arrecadação de tributos era feita exclusivamente pelas Câmaras Municipais, que possuíam autonomia financeira e não prestavam contas à Coroa.
- (D) A cobrança de tributos, como o quinto e a derrama, refletia a necessidade de financiar a defesa da capitania e de garantir o monopólio econômico português.
- (E) A política fiscal colonial isentava os proprietários de engenhos do pagamento de impostos diretos, para estimular a produção de açúcar na capitania.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. “O marxismo é um dos sistemas de pensamento mais influentes desde o início do século XX; suas ideias econômicas, políticas e sociais, originárias dos influxos de Marx e Engels conheceram diferentes desdobramentos e ainda hoje marcam a epistemologia de diversas áreas. Luta de classes, ideologia, alienação, mais-valia, proletariado, fetichismo, socialismo e comunismo são palavras comumente ligadas ao seu vocabulário, sendo representativas de um amplo modelo ao qual se associam concepções teóricas e práticas do pensamento social.”

(FUNARI, Pedro Paulo Abreu; GLAYDSON, José da Silva. *Teoria da história*. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 43.)

Considerando a base epistemológica do marxismo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O desenvolvimento da história postulado pelo marxismo tem na democracia burguesa a força motriz da história e nas bases superestruturais seu principal fundamento.
- (B) A teoria marxista compõe-se de uma teoria científica, o materialismo histórico e de uma filosofia, o materialismo dialético.
- (C) Para o marxismo, o mundo material é subordinado à lógica do mundo do Espírito, mundo no qual tudo se origina e para o qual tudo se volta.
- (D) Marcada pela crítica ao materialismo vulgar e pela aproximação com o idealismo, o marxismo baseia-se na crença de que a compreensão do mundo deve partir da vida ideal.
- (E) De acordo com a concepção marxista, é a consciência dos homens que determina o seu ser e determina o seu ser social.

32. “Lucien Febvre, no contexto que presidiria a consolidação da Escola dos *Annales* na França, iria contrapor a esta frase uma outra: ‘Sem problema não há história’. Febvre estava alvejando, com esse dito, uma historiografia que considerava factual, meramente descritiva, fetichizadora do documento e do fato histórico, sempre tratado como algo dado previamente e que caberia ao historiador apenas desvelar. A perspectiva de Febvre era a de que a História deveria sempre ser reconstruída a partir do Presente de acordo com um problema e orientada pela formulação de hipóteses.”

(BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*. vol. I. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 53.)

Assinale a afirmativa que melhor representa a concepção historiográfica defendida por Lucien Febvre.

- (A) A historiografia deve priorizar biografias e eventos políticos, pois são os elementos que permitem uma reconstrução confiável e objetiva da História.
- (B) A análise histórica deve ser feita sem interferências do tempo presente, pois os historiadores devem se afastar das influências contemporâneas ao interpretar o passado.
- (C) A função primordial do historiador é preservar documentos e reconstituir narrativas do passado de maneira fiel, garantindo que os acontecimentos sejam apresentados sem interferências interpretativas.
- (D) A História não é apenas uma mera descrição de fatos, mas um processo interpretativo no qual o historiador formula problemas e hipóteses a partir das demandas de seu próprio tempo.
- (E) O historiador deve se guiar por fontes oficiais e estabelecer verdades ou verossimilhanças sobre o passado, pois a História é uma ciência exata que se baseia em registros confiáveis e definitivos.

33. “O mais forte estado ocidental do primeiro período da Idade Média não se estabeleceu na Itália, mas na França. Em 481 o famoso Clóvis tornou-se rei da importante tribo dos francos sálios, que habitavam a margem esquerda do Reno. Em menos de vinte anos, Clóvis conquistou quase todo o território hoje pertencente à França e mais uma porção da Alemanha. A adoção do cristianismo ortodoxo trouxe-lhe o apoio do clero e tornou possível a subsequente aliança entre os reis francos e os papas.”

(BURNS, EDWARD McNALL. *História da Civilização Ocidental*. Porto Alegre: Globo, 1987. p. 333.)

Assinale a afirmativa correta sobre a dinastia merovíngia e seu impacto na história dos francos.

- (A) Carlos Martel contentou-se em gozar as regalias do poder e não se arrogou ao título de rei, sendo morto por Carlos Magno, que fundou a dinastia merovíngia, findando a antiga dinastia que ficou conhecida como carolíngia.
- (B) Em menos de um século os sucessores de Clóvis desfizeram suas conquistas políticas, cedendo o território aos inimigos e tendo o reino explorado como se fosse propriedade particular de seus suseranos.
- (C) A adoção do cristianismo ortodoxo trouxe a Clóvis o apoio do clero e tornou possível a subsequente aliança entre reis francos e papas. A dinastia merovíngia, fundada de fato por ele, ocupou o trono do reino dos francos até 751.
- (D) Cerca de 639, a linhagem real fundada por Clóvis combateu os chamados “reis indolentes”, e dotada de autoridade real criou o título de “mordomo do paço”, dado aos reis que acenderam neste período.
- (E) O mais incompetente dos mordomos do paço foi Carlos Martel, que por suas derrotas contra as invasões dos mouros e nas rebeliões internas, pode ser considerado o último chefe do estado dos francos.

**34.** “Não é à toa que o maior historiador brasileiro, não pela contribuição material, mas pela agudeza e capacidade crítica, tenha sido também quem melhor distinguiu os períodos de nossa história. Capistrano de Abreu sentiu a necessidade espiritual de buscar, sob métodos críticos de pesquisa, as raízes de nossas verdadeiras épocas, distintas, únicas e singulares. Sua periodização não é só objetiva, empiricamente baseada nas fontes materiais e nos fatos, mas sociológica. As construções periódicas passam a ser mais autônomas e completamente libertadas do esquematismo ou da simples distribuição da matéria. Pela primeira vez se põe em relevo as formas e os motivos fundamentais econômico-sociológicos de cada período individual e se deixa em aberto as relações de comportamento entre esses fundamentos e as superestruturas ideais.”

(RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p. 34.)

Considerando a influência de Capistrano de Abreu na historiografia brasileira, assinale a afirmativa correta.

- (A) A principal preocupação de Capistrano de Abreu era demonstrar a influência dos modelos institucionais europeus na formação do Brasil, razão pela qual sua obra se concentrou na análise da colonização e das relações diplomáticas entre Portugal e suas colônias.
- (B) A obra de Capistrano de Abreu seguiu os moldes tradicionais da historiografia oitocentista, que via na colonização portuguesa o eixo central da formação do Brasil, defendendo a importância da herança lusitana na construção das instituições e da cultura nacional.
- (C) Apesar de propor uma nova abordagem para a historiografia brasileira, Capistrano de Abreu manteve-se preso à ideia de que o Brasil não poderia ser plenamente compreendido sem referência à matriz racial europeia, especialmente na formação da identidade nacional.
- (D) A renovação historiográfica proposta por Capistrano de Abreu estava fundamentada na ideia de que o Brasil deveria ser interpretado a partir de uma perspectiva jurídica e política, priorizando a análise das constituições, das reformas administrativas e da atuação dos partidos políticos ao longo da história.
- (E) Capistrano de Abreu renovou a historiografia brasileira ao valorizar o interior do país, rejeitar a visão colonial e interpretar a Independência como afirmação nacional. Substituiu a noção de raça pela de cultura, contribuiu para a etnografia indígena e destacou a história social e dos costumes, incluindo o sistema de casa-grande e senzala.

**35.** “Enquanto o café seguia sua marcha no Oeste Paulista e as propostas de abolição gradual da escravidão davam os primeiros passos, um acontecimento internacional iria marcar profundamente a história do Segundo Império. Esse acontecimento foi a Guerra do Paraguai, travada por mais de cinco anos, entre 11 de novembro de 1864, quando ocorreu o primeiro ato das hostilidades, e 1 de março de 1870. Ela é conhecida, na América espanhola, como Guerra da Tríplice Aliança. A guerra constitui um claro exemplo de como a História, sem ser arbitrária, é um trabalho de criação que pode servir a vários fins.”

(FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. pp. 208-209.)

Diante do panorama historiográfico sobre Guerra do Paraguai (1864-1870), assinale a afirmativa correta.

- (A) O estudo da Guerra do Paraguai demonstra como a historiografia pode ser um processo de construção de narrativas influenciadas pelo contexto político e intelectual de cada período. Diferentes interpretações do conflito refletem tanto a busca pela verdade histórica, quanto interesses ideológicos e metodológicos distintos.
- (B) A historiografia contemporânea sobre a Guerra do Paraguai apresenta um consenso absoluto ao afirmar que Solano López agiu exclusivamente de maneira defensiva, sem qualquer intenção expansionista, sendo vítima de uma conspiração anglo-brasileira que visava sua eliminação.
- (C) A interpretação desenvolvida por historiadores marxistas latino-americanos, como León Pomer, defende que a guerra foi o resultado direto do expansionismo agressivo do Brasil e do Paraguai, ambos subordinados aos interesses dos Estados Unidos, que já haviam consolidado sua influência na América Latina no século XIX.
- (D) A narrativa construída pelas Forças Armadas brasileiras enfatiza os méritos militares da guerra, destacando o papel de figuras como Caxias e Solano Lopez, mas reconhece que o conflito teve um impacto negativo na estrutura social e econômica do Brasil, levando ao questionamento da legitimidade do governo imperial.
- (E) As interpretações mais recentes da Guerra do Paraguai, como as de Francisco Doratioto e Ricardo Salles, rejeitam totalmente qualquer influência do imperialismo britânico na eclosão do conflito, enfatizando exclusivamente as disputas territoriais e políticas entre os Estados sul-americanos.

36. “O movimento corporativo no meio urbano é favorecido por uma reabilitação do trabalho que se observa durante todo o século XII. O trabalho-penitência, o trabalho-castigo da Alta Idade Média, concepção nascida de uma leitura bíblica focalizada no Gênesis e na queda, cede lentamente lugar à ideia de um trabalho útil aos homens, capaz de conduzir os trabalhadores à salvação. Ainda que, no esquema trifuncional da sociedade dividida em *oratores*, *bellatores* e *laboratores* (homens de oração, de guerra e de trabalho), os trabalhadores do terceiro grupo sejam trabalhadores braçais, eles concorrem para a harmonia da sociedade e a realização do plano divino.”

(LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 101.)

Entre meados do século XII e meados do XIII, duas novas categorias de homens se introduzem no mundo dos ofícios urbanos e se apresentam, se justificam como trabalhadores, a saber:

- (A) o burguês e o escravo da terra.
- (B) o mercador e o intelectual.
- (C) o monge e o bufão.
- (D) o clérigo e o beato.
- (E) o banqueiro e o servo.

37. “Um ponto importante a ser notado é que durante a Idade da Pedra a maioria dos utensílios, mesmo os de pedra, não eram armas. Embora a caça tivesse sido sempre de grande valor como fonte de proteínas (exceto nos locais onde havia peixe em abundância e se conheciam meios para fisgá-las) [...]. A maior parte dos utensílios era fabricada para essas atividades [...].”

(KI-ZERBO, Joseph. *História geral da África*, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. p. 516.)

Com base no texto citado, que aborda a organização das atividades da comunidade primitiva durante a chamada “Idade da Pedra”, analise as afirmativas a seguir, refletindo sobre as práticas sociais e a divisão do trabalho nas sociedades dessa época e assinale a correta.

- (A) A produção de utensílios de pedra foi exclusiva para atividades de caça, não havendo registros de ferramentas utilizadas para o processamento de alimentos vegetais ou trabalhos domésticos.
- (B) A caça foi a única atividade considerada de grande valor pela comunidade primitiva, sendo a coleta de alimentos vegetais uma prática secundária e ocasional.
- (C) A fabricação de utensílios para caça era predominantemente voltada para o uso coletivo, com um enfoque nas grandes caçadas, e não nas atividades domésticas ou de pequeno porte.
- (D) As atividades de coleta de alimentos vegetais, especialmente raízes feculentas e tubérculos, foram fundamentais para o regime alimentar, sendo igualmente essenciais à sobrevivência, e gerando a maior parte da demanda por utensílios.
- (E) A especialização no uso de utensílios de pedra para caçar animais de grande porte era a principal característica da vida cotidiana nas comunidades primitivas.

38. “A vida é essencialmente integração e coerência, adesão de forças distintas a um projeto comum. A morte é, por definição, desagregação, incoerência. A vida individual ou coletiva não é unilinear nem unidimensional; é um tecido denso e compacto. Por vezes, o romance histórico empreende com sucesso (em condições certamente mais fáceis) este projeto raramente realizado por historiadores: a ressurreição do passado.”

(KI-ZERBO, Joseph. *História geral da África*, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. p. 397.)

O ato de enterrar os mortos, que surge como uma resposta à desagregação e à incoerência que a morte representava, sinaliza não apenas uma prática de respeito, mas uma tentativa de integrar e dar continuidade à vida. Assinale a afirmativa correta que identifica o hominídeo responsável por desenvolver o ritual de enterrar seus mortos, enfrentando a desagregação provocada pela morte.

- (A) O *Homo habilis* foi o responsável pela invenção dos rituais funerários, sendo o primeiro a enterrar os mortos como um meio de preservar os corpos e evitar a desagregação do grupo social.
- (B) O *Homo habilis*, por sua capacidade de fabricar ferramentas rudimentares, foi o primeiro hominídeo a enterrar seus mortos, como forma de integrar as forças da natureza e evitar a desagregação social.
- (C) O *Homo erectus* foi o responsável pela prática de enterrar seus mortos, buscando não apenas preservar a integridade dos corpos, mas também assegurar a continuidade de sua estrutura social diante da morte.
- (D) O *Homo neandertalensis*, embora com práticas rudimentares de enterramento, foi o primeiro hominídeo a realizar rituais funerários que evidenciam a tentativa de enfrentar a desagregação provocada pela morte, integrando os mortos à coletividade.
- (E) O *Homo sapiens sapiens* foi o primeiro a criar rituais funerários complexos, como o enterro de seus mortos, com a intenção de enfrentar a desagregação e a incoerência da morte, dando-lhe um significado simbólico profundo.

**39.** “Mesmo, porém, a essa fase de maior diferenciação social entre sobrados e mucambos, correspondente à maior desintegração do sistema patriarcal entre nós, não têm faltado elementos ou meios de intercomunicação entre os extremos sociais ou de cultura. De modo que os antagonismos que não foram nunca absolutos, não se tornaram absolutos depois daquela desintegração. E um dos elementos mais poderosos de intercomunicação, pelo seu dinamismo de raça e, principalmente, de cultura, tem sido, nessa fase difícil, o mulato.”

(FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2013. p. 507.)

A sociedade brasileira colonial era caracterizada por grandes divisões sociais, refletidas na coexistência de realidades contrastantes, como os sobrados e os mucambos. Apesar dessa desigualdade e da desintegração do sistema patriarcal, existiam formas de intercomunicação entre esses dois mundos. A partir do texto base, assinale a afirmativa correta sobre a intercomunicação entre os extremos sociais e sua representação histórica.

- (A) A fase de maior diferenciação social entre sobrados e mucambos foi acompanhada de uma dissolução completa das relações raciais e culturais, em que as diferenças entre as camadas sociais se tornaram irrelevantes para a sociedade colonial.
- (B) A diferenciação social entre sobrados e mucambos foi completa e insuperável, não havendo elementos de intercomunicação entre essas duas realidades, que se mantiveram rigidamente separadas ao longo da história colonial.
- (C) O mulato, pela sua posição intermediária, foi fundamental para a intercomunicação entre os extremos sociais no Brasil colonial, atuando como um elo de ligação cultural entre as diferentes camadas sociais, apesar da persistente diferenciação social.
- (D) O mulato, como elemento cultural dinâmico, não teve papel relevante na mediação entre as camadas sociais do Brasil colonial, sendo marginalizado tanto pelos senhores de escravos quanto pelos negros nos mucambos.
- (E) A desintegração do sistema patriarcal no Brasil colonial significou o completo desaparecimento das divisões sociais entre os distintos grupos, especialmente entre os sobrados e mucambos, que passaram a se integrar plenamente sem conflitos ou tensões.

**40.** “Uma fiação da comunidade científica é, atualmente, reticente a aceitar o fato de que o *Homem* penetrou no continente americano há mais de 30 mil anos, já que sua chegada à América do Sul não poderia ser mais antiga do que 12 mil anos.”

(CARNEIRO, Manuela (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras/FAPESP, 1992. p. 37.)

As descobertas da arqueóloga Niède Guidon, no Boqueirão da Pedra Furada, no Piauí, desafiaram as teorias predominantes sobre a chegada dos homínidos à América. A partir disso, analise as afirmativas a seguir sobre as implicações dessa descoberta para o entendimento da ocupação humana na América, e assinale a correta.

- (A) As ferramentas de pedra de 58 mil anos em Pedra Furada demonstram que a América foi inicialmente habitada por culturas de alto nível de sofisticação, que já dominavam técnicas avançadas de metalurgia.
- (B) A comunidade científica aceitou amplamente as descobertas de Guidon, e a datação de 58 mil anos foi rapidamente incorporada ao consenso sobre a chegada dos humanos à América.
- (C) A datação das descobertas feitas por Guidon é considerada errônea pela maior parte da comunidade científica, que já estabeleceu como verdadeira a hipótese de que a ocupação da América se deu nos últimos 12 mil anos.
- (D) A descoberta de Guidon sugere que os primeiros humanos chegaram à América diretamente da África, há cerca de 10 mil anos, estabelecendo uma hipótese com datação mais recente para a ocupação do continente.
- (E) A datação das ferramentas no Boqueirão da Pedra Furada a mais de 50 mil anos ofereceu uma visão renovada sobre a cronologia da ocupação humana na América, desafiando a visão tradicional dos 12 mil anos.

**41.** “Quando queremos conhecer as sociedades indígenas desaparecidas, não dispomos de textos, pois elas não utilizavam a escrita. Por outro lado, as sociedades ameríndias que sobreviveram até hoje são poucas em relação às que existiram outrora, e se modificaram demasiado para oferecer uma imagem adequada dos primeiros habitantes do território que hoje chamamos Brasil.”

(PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 7.)

Assinale a afirmativa correta sobre as fontes mais relevantes para as pesquisas sobre as sociedades indígenas pré-colombianas.

- (A) Vestígios materiais.
- (B) Fontes audiovisuais.
- (C) Relatos orais.
- (D) Fontes textuais.
- (E) Fontes epistolares.

42. No século XVI, mais precisamente entre 1555 e 1567, ocorreu o primeiro projeto de estabelecimento colonial, que foi empreendido por Nicolas Durand de Villegagnon, que desembarcou no Rio de Janeiro, contando com importante corpo expedicionário formado por soldados e artesãos. Esse projeto foi uma tentativa da França de estabelecer uma colônia no Brasil, na região da atual cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de explorar o território e desafiar a presença portuguesa na América. No entanto, o projeto não se concretizou, sendo destruído em 1567 pelos portugueses, que expulsaram os franceses e reafirmaram o domínio da região.

Assinale a afirmativa que corresponde corretamente a esse projeto empreendido por Villegagnon no Brasil.

- (A) França Antártica.
- (B) Reino de Aguaribe.
- (C) Colônia de São Luís.
- (D) França Equinocial.
- (E) Companhia Francesa Continental.

43. “Ao recuperar a independência, Portugal encontrou-se em posição extremamente débil [...]. Por outro lado, o pequeno reino, perdido o comércio oriental e desorganizado o mercado do açúcar, não dispunha de meios para defender o que lhe sobrava das colônias numa época de crescente atividade imperialista. A neutralidade em face das grandes potências era impraticável. Portugal compreendeu, assim, que para sobreviver como metrópole colonial deveria ligar o seu destino a uma grande potência, o que significaria necessariamente alienar parte de sua soberania. Os acordos concluídos com a Inglaterra em 1642-54-61 estruturaram essa aliança que marcará profundamente a vida política e econômica de Portugal e do Brasil durante os dois séculos seguintes.”

(FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editeis Nacional, 2003. p. 42.)

No que se refere à empresa açucareira no Brasil colonial, assinale a afirmativa que corresponde corretamente a tese exposta por Celso Furtado.

- (A) A produção de açúcar no Brasil colonial manteve-se estável ao longo de todo o período colonial, sem grandes variações nos preços ou na demanda, o que garantiu a prosperidade contínua dos senhores de engenho.
- (B) Seria difícil explicar o grande êxito da empresa açucareira sem ter em conta a cooperação comercial-financeira holandesa.
- (C) A empresa açucareira no Brasil colonial se desenvolveu de maneira totalmente independente, sem influência externa significativa, baseando-se exclusivamente no capital e no conhecimento técnico da Coroa portuguesa.
- (D) A expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro em 1654 teve pouco impacto na economia açucareira, pois Portugal rapidamente reorganizou a produção e o comércio sem sofrer prejuízos duradouros.
- (E) A parceria entre Portugal e a Inglaterra, estabelecida ao longo do século XVII, garantiu a Portugal uma posição privilegiada no mercado açucareiro, tornando-o imune às oscilações econômicas e concorrências internacionais.

44. “O traçado completo da linha divisória do Brasil é obra do começo da República. O [diplomata] sem guerras, conseguiu consolidar e até ampliar as fronteiras de sua terra, feito dado a poucos. Antes de ser nomeado Ministro, em 1902, já havia sido o vitorioso advogado do Brasil nos arbitramentos das Questões de Palmas, com a Argentina (1895), e do Amapá, com a França (1900); além de ter feito o estudo preliminar da Questão do Pirara, com a Inglaterra (1904). Assim que assume o Itamaraty, resolve o complicado problema do Acre (1903) [...]. Ao morrer, em 1912, deixava o país livre de problemas que até hoje atormentam outros países do continente.”

(GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013. pp. 18-19.)

O texto base refere-se a:

- (A) “Marcha para Oeste”, organizada pelo Osvaldo Aranha.
- (B) “Pacto das fronteiras”, conduzido por Francisco Adolfo de Varnhagen.
- (C) “Política de limites”, liderada pelo Barão do Rio Branco.
- (D) “Política das incorporações”, liderada por Dom Pedro II.
- (E) “Tratado da integração nacional”, liderado por Visconde do Rio Branco.

45. “Da expansão geográfica dos paulistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII, resultou não apenas incorporação de território às terras da Coroa portuguesa na América, mas a definição de certos tipos de cultura e vida social, condicionados em grande parte por aquele grande fenômeno de mobilidade. Não cabe analisar aqui o seu sentido histórico, nem traçar o seu panorama geral.”

(CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. p. 43.)

De acordo com Antonio Candido, em certas porções do grande território devassado pelas bandeiras e entradas, denominado significativamente Paulistânia, surgiu uma variedade subcultural do tronco português que se pode chamar de cultura:

- (A) “crioula”.
- (B) “cabocla”.
- (C) “sertaneja”.
- (D) “sulina”.
- (E) “caipira”.

46. “Na busca pela ampliação dos mercados, os ingleses impõem ao mundo o livre comércio e o abandono dos princípios mercantilistas, ao mesmo tempo que tratam de proteger seu próprio mercado e o de suas colônias com tarifas protecionistas. Em suas relações com a América espanhola e portuguesa, abrem brechas cada vez maiores no sistema colonial, por meio de acordos comerciais, contrabando e aliança com os comerciantes locais. O mundo colonial é afetado também por outro fator importante: a tendência a limitar ou a extinguir a escravidão, manifestada pelas maiores potências da época, ou seja, a Inglaterra e a França.”

(FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE: 1995. p. 108.)

A crise do sistema colonial brasileiro, no final do século XVIII e início do XIX, esteve diretamente relacionada às transformações econômicas e políticas que ocorriam no cenário mundial. Considerando essas questões, assinale a afirmativa que melhor sintetiza o processo de crise do sistema colonial.

- (A) O enfraquecimento do sistema colonial brasileiro esteve diretamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo industrial e à ascensão da burguesia ao poder, uma vez que as colônias passaram a ser vistas como mercados consumidores e não apenas como fornecedores de matérias-primas.
- (B) O declínio do sistema colonial ocorreu exclusivamente em razão da exploração excessiva da mão de obra indígena e do consequente colapso demográfico das populações nativas, o que inviabilizou a continuidade da produção açucareira e mineradora.
- (C) A crise do sistema colonial decorreu da decadência das metrópoles europeias, que perderam completamente sua capacidade de controlar suas colônias, sendo forçadas a conceder autonomia e permitir o desenvolvimento de economias independentes.
- (D) A crise do sistema colonial foi causada exclusivamente pela ação de grupos revolucionários internos, que romperam com a Coroa portuguesa sem qualquer influência de processos externos, como a Revolução Francesa ou a Revolução Industrial.
- (E) O colapso do sistema colonial deveu-se à ineficiência das metrópoles em modernizar suas economias, sendo incapazes de competir com os produtos coloniais, o que levou à sua falência econômica e à consequente independência das colônias.

47. “No caso do Brasil [...] é preciso cuidado ao analisar o processo de formação do Estado, para não cair na armadilha do anacronismo e tomar o marco da independência política como o do nascimento, após longa gestação, da ‘nação’ brasileira; o Estado nacional, na forma como afinal prevaleceu — centralizado em torno do Rio de Janeiro —, seria segundo tal perspectiva um produto histórico necessário, derivado dessa ideia de nacionalidade.”

(GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, volume 1: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 2010. p. 320.)

Assinale a afirmativa que melhor expressa o processo de formação do Estado Nacional Brasileiro.

- (A) A unidade territorial brasileira foi garantida pela ausência de rivalidades econômicas e sociais entre as regiões, uma vez que o pacto entre as elites agrárias impediu o surgimento de movimentos separatistas significativos.
- (B) A formação do Estado Nacional Brasileiro resultou de um processo político conflituoso, no qual diferentes projetos de organização estatal foram debatidos, sendo a centralização uma resposta às ameaças de fragmentação do território após a independência.
- (C) A unificação territorial e política do Brasil ocorreu de forma espontânea e natural, sem resistências regionais, pois desde o período colonial já existia uma identidade nacional coesa que favoreceu a construção do Estado.
- (D) A construção do Estado Nacional Brasileiro foi orientada pelo ideário republicano desde o início da independência, sendo a monarquia um arranjo temporário até que as instituições democráticas estivessem suficientemente consolidadas.
- (E) A estrutura centralizada do Estado brasileiro consolidou-se sem conflitos internos, pois as províncias aceitaram pacificamente a autoridade do governo central desde a independência, sem questionamentos sobre autonomia política.

48. “No dia 9 de janeiro, D. Pedro recebeu no Paço — numa audiência do Senado da Câmara — um requerimento tomado por mais de 8 mil assinaturas, que pediam a ele que não deixasse o Brasil. O objetivo era claro: garantir a presença do herdeiro na colônia e assim suspender a maré recolonizadora que dominara a metrópole. E, se D. Pedro não se fez de rogado, até hoje pairam suspeitas acerca das famosas palavras declaradas pelo príncipe; o tão famoso ‘Diga ao povo que fico’. [...]”

(SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 270.)

O “Dia do Fico” foi um marco na escalada dos conflitos entre os interesses políticos da elite colonial brasileira e os esforços da metrópole para reverter a autonomia administrativa conquistada desde a vinda da família real em 1808. Considerando o seu contexto, assinale a afirmativa que corresponde ao evento político de maior relevância que o sucedeu diretamente.

- (A) A Guerra da Cisplatina, conflito militar travado entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, que refletiu as dificuldades do recém-independente Império do Brasil em consolidar sua autoridade sobre seus territórios.
- (B) A Confederação do Equador, uma revolta republicana de caráter separatista, que demonstrou as contradições internas do novo governo e as disputas em torno da centralização do poder.
- (C) A abdicação de Dom Pedro I, que simbolizou a crise política do Primeiro Reinado e sua incapacidade de manter a estabilidade interna diante das pressões das elites e do descontentamento popular.
- (D) A promulgação da Constituição de 1824, que estabeleceu a primeira carta constitucional do Brasil independente, estruturando um governo monárquico centralizado sob a autoridade do imperador.
- (E) A independência do Brasil, proclamada por Dom Pedro I em 7 de setembro de 1822, resultado da crescente tensão entre o governo do Rio de Janeiro e as Cortes de Lisboa, consolidando a ruptura política entre Brasil e Portugal.

49. Durante o Segundo Reinado (1840-1889), o Brasil passou por profundas transformações econômicas e políticas, inserindo-se de forma mais complexa no mercado mundial. A economia nacional foi influenciada tanto por fatores internos, como a crise da mão de obra escravizada e o crescimento da cafeicultura, quanto por fatores externos, como a consolidação do capitalismo industrial na Europa e nos Estados Unidos.

Considerando o contexto da economia brasileira no Segundo Reinado e sua relação com o mercado mundial, assinale a afirmativa correta.

- (A) O sistema de parceria implantado em São Paulo, como afirmativa à mão de obra escravizada, foi amplamente bem-sucedido, garantindo condições justas para os imigrantes europeus e consolidando um modelo de trabalho assalariado sem conflitos no setor cafeeiro.
- (B) O Brasil fortaleceu seu setor industrial durante o Segundo Reinado, tornando-se um dos principais fornecedores de produtos manufaturados para a América Latina, devido às políticas de incentivo à industrialização promovidas pelo Barão de Mauá.
- (C) A Lei Eusébio de Queirós (1850) representou uma ruptura com os interesses das elites agrárias, pois foi imposta pelo governo imperial sem qualquer negociação, levando ao imediato colapso da economia cafeeira devido à falta de mão de obra.
- (D) O crescimento da economia cafeeira e sua integração ao mercado mundial estavam diretamente relacionados à modernização dos transportes, como a expansão da malha ferroviária, que facilitou o escoamento da produção e consolidou o café como principal produto de exportação.
- (E) A política econômica do Segundo Reinado foi caracterizada pela diversificação das exportações brasileiras, reduzindo a dependência do café e fortalecendo setores como a mineração e a pecuária para abastecer o mercado mundial.

50. “Comparando-se o Código Penal do Império com o da República, verifica-se, imediatamente, que os artigos desde referentes a insurreições, levantes, sedições, conspirações, são cópia servilíssima, transposição com ponto e vírgula do outro, trocando apenas o que era Império pelo que é República.”

(Oiticica, José. *Jornal Spartacus*, Rio de Janeiro, ano I, nº 16, 15 nov. 1919. In: ALVES, Paulo. *A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias na ordem republicana: 1889-1921*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997. p. 15.)

Considerando o contexto da Proclamação da República e seus desdobramentos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A República Velha consolidou um modelo político baseado na modernização econômica e no avanço das liberdades civis, ao mesmo tempo que enfraqueceu a estrutura repressiva herdada da monarquia, garantindo maior autonomia aos trabalhadores.
- (B) O novo regime adotou um modelo de governo que rompeu com as práticas oligárquicas do Império, estabelecendo uma administração descentralizada que fortalecia os direitos dos cidadãos e limitava o poder das elites regionais.
- (C) A transição da monarquia para a república significou o fim da estrutura autoritária herdada do período imperial, promovendo uma reforma profunda nas instituições militares e civis e garantindo maior autonomia imediata aos estados.
- (D) O governo republicano instaurado em 1889 promoveu uma ruptura com as elites agrárias, garantindo maior participação política às camadas populares e abolindo os mecanismos de controle estatal sobre os trabalhadores urbanos e rurais.
- (E) Apesar da mudança formal de regime, a Proclamação da República manteve e aperfeiçoou a estrutura do aparato repressivo monárquico, com a permanência do uso da força contra opositores e a exclusão das camadas populares do processo político.

**51.** A República Oligárquica no Brasil, marcada pela dominação de poderosas famílias e grupos regionais, vivenciou um contexto de crescente contestação social, política e econômica, especialmente durante os anos 1920. A análise crítica sobre as oligarquias, que começou a ser feita de modo mais sistemático nesse período, esteve diretamente ligada aos levantes e movimentações de diferentes setores da sociedade.

Considerando as abordagens historiográficas sobre a República Oligárquica e sobre seu contexto histórico, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nos anos 1920, pela primeira vez a palavra oligarquia foi usada criticamente em análises da sociedade brasileira, período em que uma série de levantes ameaçou a ordem política, culminando numa revolução em 1930.
- (B) O termo “oligarquia” foi utilizado de forma positiva nos anos 1920, para destacar a eficiência do sistema político brasileiro, que assegurava a estabilidade econômica e social.
- (C) A década de 1920 foi marcada pela consolidação da República Oligárquica, onde não houve grandes movimentos de contestação ao regime e o poder das oligarquias se fortaleceu.
- (D) A Revolução de 1930 foi resultado de uma resistência das oligarquias tradicionais contra os movimentos operários e militares, com o objetivo de manter a ordem política estabelecida desde o início da República.
- (E) A década de 1920 foi caracterizada pela pacífica convivência entre militares e oligarquias, sem qualquer tipo de movimento insurrecional ou confrontos entre esses grupos.

**52.** “Antes que o novo regime político se consolidasse, a República viveu um período de instabilidade, de não poucas tensões, de indefinição de rumos e de ausência de um desenho político nítido para a nova ordem instaurada. [...] Os primeiros anos republicanos se caracterizaram mais pelo vazio representado pela supressão dos mecanismos institucionais próprios do Império do que pela invenção de novas formas de organização política. O veto imposto ao regime monárquico não implicou a invenção de uma nova ordem.”

(FERREIRA, Jorge et al (Orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 31.)

Considerando esse contexto de consolidação da República no Brasil, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- (A) A Revolução de 1930 foi o principal evento responsável pela consolidação da República, pois instaurou uma democracia plena, com ampla participação popular e o fim da dominação das elites agrárias na política brasileira.
- (B) A consolidação da República enfrentou dificuldades devido à resistência monarquista, às disputas entre militares e civis pelo controle do governo e às tensões regionais, resultando em conflitos como a Revolta da Armada e a Revolução Federalista.
- (C) A consolidação da República no Brasil ocorreu de maneira pacífica e sem grandes resistências, já que a população em geral e as elites regionais rapidamente aderiram ao novo regime, reconhecendo sua legitimidade sem contestação.
- (D) A República consolidou-se rapidamente após a Proclamação em 1889, pois a Constituição de 1891 garantiu a estabilidade política ao eliminar completamente a influência das oligarquias regionais e militares na condução do país.
- (E) Durante o processo de consolidação republicana, o poder central buscou eliminar as oligarquias estaduais, promovendo uma ampla reforma agrária e redistribuindo terras para camadas populares, o que reduziu as desigualdades sociais.

**53.** A industrialização acelerada teve efeitos não só econômicos, mas também políticos e sociais. Como é sabido, a fábrica tem na cidade seu espaço privilegiado e, por isso, a Era Vargas – incluindo aí seu segundo governo, entre 1950 e 1954 – é caracterizada como uma época de intensa urbanização.”

(DEL PRIORE, Mary. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. p. 229.)

A Era Vargas foi um período marcado por transformações estruturais na economia, na política e na sociedade brasileira. Considerando esse contexto, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- (A) O segundo governo de Vargas (1950-1954) foi caracterizado por uma economia totalmente voltada para o mercado externo, com a redução do papel do Estado na economia e a ausência de políticas de desenvolvimento industrial.
- (B) A industrialização promovida na Era Vargas resultou na total substituição do modelo agrário-exportador pelo industrial, eliminando a dependência brasileira de produtos primários e consolidando um mercado interno autossuficiente.
- (C) Durante a Era Vargas, o Estado desempenhou um papel central na industrialização, promovendo investimentos em setores estratégicos e estabelecendo um modelo de desenvolvimento baseado no intervencionismo estatal.
- (D) O processo de urbanização da Era Vargas ocorreu de forma homogênea em todo o país, garantindo infraestrutura e acesso igualitário aos direitos trabalhistas para os trabalhadores das diferentes regiões do Brasil.
- (E) A legislação trabalhista implementada na Era Vargas foi resultado exclusivo das demandas da classe operária, sendo conquistada sem qualquer tipo de influência do Estado e sem relação com estratégias de controle político.

54. “Em julho, eclodiu uma revolução em São Paulo que se transformou na pior guerra civil vivida pelo país. O comando geral da revolução estava com Isidoro Dias Lopes, um dos tenentes revoltosos da década de 1920 e revolucionário de 1930. São Paulo se sentia o grande perdedor da Revolução de 30. [...] Voluntariamente, milhares de pessoas se alistaram para participar da guerra. Através da campanha Ouro para o Bem do Brasil chegavam recursos financeiros para a revolução. Fábricas foram adaptadas para produzir material bélico e a população civil se organizou para prestar serviços médicos e atuar nas áreas de transporte e abastecimento. [...] De vários pontos do país chegavam voluntários para lutar ao lado dos paulistas. A Revolução Constitucionalista, como se tornou conhecida, durou três meses.”

(FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 25.)

Com relação a chamada “Revolução Constitucionalista de 1932”, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- (A) A *Constituição* de 1934 foi imposta unilateralmente pelos líderes do movimento de 1932, que derrotaram as tropas federais e estabeleceram um novo modelo político sem a participação de Getúlio Vargas e seus aliados.
- (B) A Revolução Constitucionalista de 1932 contou com amplo apoio dos estados do Norte e Nordeste do Brasil, que viam no movimento paulista uma oportunidade de descentralizar o poder político e econômico no país.
- (C) O movimento de 1932 foi caracterizado por uma forte presença de operários e camponeses, que viam em São Paulo uma liderança legítima na luta por direitos trabalhistas e pela expansão da reforma agrária no Brasil.
- (D) Derrotados militarmente, os paulistas tiveram ganhos políticos: um interventor paulista civil desejado pela elite, e o compromisso do governo em reconstitucionalizar o país. A revolução provocou uma reorganização no cenário político nacional e foi um marco no processo de depuração das elites civis e militares.
- (E) A Revolução Constitucionalista de 1932 resultou na deposição de Getúlio Vargas e na imediata convocação de uma nova Assembleia Constituinte, o que restaurou o sistema político anterior à Revolução de 1930.

55. “O governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, no dia 25 de agosto de 1961, participava das solenidades do Dia do Soldado. Porto Alegre sediava o III Exército. Embora os generais presentes ao evento se esforçassem para demonstrar que tudo corria bem, ele percebeu algo de anormal. Logo chegou ao governador o boato de que o presidente Jânio Quadros tinha renunciado. Algo tão inusitado que ele desconfiou que o presidente podia ter sido deposto por um golpe militar. Naquela época, as comunicações ainda eram muito difíceis. Brizola não conseguiu se certificar imediatamente do fato. Algum tempo depois, foi notificado do que acontecia: Jânio entregara uma carta-renúncia ao Congresso Nacional. Mais adiante, vieram informações sobre a formação de uma Junta Militar, bem como sua declaração sobre a ‘inconveniência’ da posse de Goulart. [...]”

(FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 23.)

A renúncia de Jânio Quadros em 1961 desencadeou uma grave crise política, com setores militares tentando impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Nesse contexto, Leonel Brizola desempenhou um papel central na articulação política do período. Assinale a afirmativa correta sobre esse episódio.

- (A) Brizola articulou um acordo secreto com Jânio Quadros para que este reassumisse a presidência sob um regime parlamentarista, evitando o confronto com os militares.
- (B) Brizola proclamou a independência do Rio Grande do Sul, estabelecendo um governo provisório paralelo que exigia um governo parlamentarista, sem qualquer negociação com os militares.
- (C) Brizola solicitou apoio militar dos Estados Unidos, argumentando que uma intervenção estrangeira era necessária para conter a crise institucional e assegurar a democracia.
- (D) Brizola negociou diretamente com os altos comandos militares, oferecendo a renúncia de João Goulart em troca da convocação imediata de novas eleições presidenciais.
- (E) Brizola organizou a chamada Campanha da Legalidade, mobilizando a população e militares para garantir a posse de Goulart.

**56.** “Tudo se acabou na quarta-feira, 26 de abril. Votada noite adentro, faltaram 22 votos à emenda Dante de Oliveira e ela foi ao arquivo. Tivera 298 votos, 54 deles vindos do PDS. Para evitar marchas e comícios em Brasília, Figueiredo colocara a Capital Federal sob medida de emergência, proibindo manifestações e censurando as transmissões de rádio e televisão a partir da cidade. Novamente, coube ao general Newton Cruz comandar a tropa. Frustrando milhões de pessoas, a derrota da emenda somou-se à ruína econômica e às divisões irremediáveis ocorridas no arco de interesses formado em 1964.”

(GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. vol. 5. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016. p. 294.)

O texto base refere-se:

- (A) às “Jornada de Junho”.
- (B) ao “Movimento pela Anistia”.
- (C) às “Diretas Já”.
- (D) à “Passeata dos Cem Mil”.
- (E) à “Greve do ABC”.

**57.** A cidade de Americana, localizada no interior do estado de São Paulo, possui um processo de formação vinculado a fluxos migratórios que marcaram sua estrutura socioeconômica. Sua origem remonta ao final do século XIX, sendo influenciada por imigrantes que trouxeram consigo práticas agrícolas e industriais.

Com base na história da fundação e consolidação de Americana, assinale a afirmativa correta.

- (A) A imigração norte americana, a partir de 1865, marca um período de desenvolvimento no campo da agricultura, com o aprimoramento do cultivo do algodão, da educação e em atividades médicas e odontológicas. Os imigrantes italianos (1887) muito colaboraram nos serviços da lavoura, e posteriormente na indústria têxtil.
- (B) A colonização da região de Americana foi resultado direto de uma política imperial brasileira de povoamento do interior, que incentivava a distribuição de terras aos imigrantes europeus e norte-americanos sob o regime de sesmarias.
- (C) Durante o século XIX, a região que hoje corresponde a Americana era predominantemente ocupada por missões jesuíticas, responsáveis pela catequização da população indígena local, sendo a imigração estrangeira um fenômeno apenas posterior à Proclamação da República.
- (D) Os imigrantes italianos que chegaram à cidade a partir de 1887 desempenharam papel central na manutenção da estrutura latifundiária tradicional, não tendo participação significativa no desenvolvimento industrial da região.
- (E) A cidade de Americana se tornou um dos polos da economia cafeeira paulista no final do século XIX, sendo responsável por grande parte da produção destinada à exportação, o que a consolidou como uma das mais prósperas do interior do Brasil.

**58.** “A tradição marxista britânica de história social do trabalho e a obra de Thompson, em especial, haviam colocado as noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre a ação social. O desenvolvimento da problemática tendeu rapidamente a ultrapassar o interesse inicial no ativismo operário, para concentrar-se na compreensão da experiência das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência.”

(CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 85.)

E. P. Thompson foi um dos principais historiadores do século XX, sendo referência na renovação da historiografia social. A partir dessa perspectiva, assinale o conceito que corresponde corretamente à concepção historiográfica de Thompson.

- (A) “Funcionalismo Estruturalista”.
- (B) “História vista de baixo”.
- (C) “Determinismo Cultural”.
- (D) “Idealismo Histórico”.
- (E) “Teoria da Escolha Racional”.

**59.** “O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados [...] justificados como decorrência ‘do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções’.”

(FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 465.)

Durante o regime militar brasileiro (1964-1985), o governo utilizou uma série de decretos com força constitucional para consolidar sua autoridade, restringir liberdades civis e reprimir opositores. Esses decretos ficaram conhecidos como:

- (A) *Habeas corpus*.
- (B) Portarias Executivas.
- (C) Atos Institucionais.
- (D) Medidas Provisórias.
- (E) Decretos Parlamentares.

**60.** “‘Na base concreta [...] ergue-se uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem formas de consciência social’. A noção de ‘superestrutura jurídica e política’ pode compreender-se facilmente: abrange as instituições jurídicas, as instituições políticas, as formas do Estado.”

(BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa América, 1983. p. 155.)

O materialismo histórico, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, estabelece categorias fundamentais para a análise das sociedades e de seus processos de transformação. Entre esses conceitos, destaca-se a noção de “base concreta” sobre a qual se edificam as instituições políticas, jurídicas e ideológicas. De acordo com essa concepção, a “base concreta” corresponde a:

- (A) Mais-valia.
- (B) Ideologia.
- (C) Alienação.
- (D) Infraestrutura.
- (E) Capital.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **Caderno de Texto Definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. As respostas deverão conter a extensão mínima de **15 (quinze)** linhas, e máxima de **20 (vinte)** linhas para os textos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **20 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **Caderno de Texto Definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **Caderno de Texto Definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- A prova discursiva será elaborada com base no conhecimento específico para o cargo pleiteado e consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, com base em tema formulado pela Banca Examinadora.

### • TEMA PROPOSTO

#### **VIOLÊNCIA DE ESTADO E MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

A Ditadura Militar brasileira (1964-1985) foi marcada por graves violações aos direitos humanos, incluindo tortura, desaparecimentos forçados e repressão sistemática a opositores do regime. A dificuldade de lidar com esse legado é um dos principais desafios da memória histórica no Brasil, refletindo as tensões entre o esquecimento e a busca por justiça. O filme ***Ainda Estou Aqui*** (2023), que ganhou o Oscar de Melhor Filme Internacional em 2025, propõe uma reflexão sobre as consequências pessoais e coletivas do regime, destacando os dilemas e as implicações de um passado não resolvido, mesmo décadas após o fim do regime.

Com base nesse contexto histórico e o impacto duradouro da Ditadura Militar, escreva um texto dissertativo-argumentativo com, no mínimo, 15 (quinze) linhas, e no máximo, 20 (vinte) linhas, no qual você discorra sobre como o estudo da história, ao operar a partir da análise das transformações e permanências, contribui para o entendimento do passado e para a reflexão sobre as formas de enfrentar esse legado no presente.

Em sua resposta, trate sobre como a memória das vítimas e a responsabilização dos envolvidos são abordadas no Brasil, e como esse estudo pode servir para modificar a maneira como a sociedade lida com as heranças da Ditadura Militar.

**RASCUNHO**

|    |  |
|----|--|
| 1  |  |
|    |  |
|    |  |
|    |  |
| 5  |  |
|    |  |
|    |  |
|    |  |
|    |  |
| 10 |  |
|    |  |
|    |  |
|    |  |
|    |  |
| 15 |  |
|    |  |
|    |  |
|    |  |
|    |  |
| 20 |  |